



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS INGLÊS

ELTON ALVES DA SILVA

**O CONTROLE SOCIAL NO ROMANCE *1984* DE GEORGE ORWELL: UMA
ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO FILOSÓFO FRANCÊS, MICHEL FOUCAULT**

GUARABIRA

2024

ELTON ALVES DA SILVA

**O CONTROLE SOCIAL NO ROMANCE 1984 DE GEORGE ORWELL: UMA
ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO FILÓSÓFO FRANCÊS, MICHEL FOUCAULT**

Trabalho apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Letras – Inglês, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para conclusão do curso e obtenção do grau de licenciado em Letras.

Área de concentração: Estudos críticos em literaturas anglófonas

Orientador: Prof. Me. Waldir Kennedy Nunes Calixto

GUARABIRA-PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586c Silva, Elton Alves da.
O controle social no romance "1984" de George Orwell
[manuscrito] : uma análise sob a perspectiva do filósofo francês,
Michel Foucault / Elton Alves da Silva. - 2024.
43 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Inglês) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2024.
"Orientação : Prof. Me. Waldir Kennedy Nunes Calixto,
Coordenação do Curso de Letras Inglês - CEDUC."

1. Poder. 2. Dispositivos de Poder. 3. Alegoria. 4.
Vigilância. I. Título

21. ed. CDD 820

ELTON ALVES DA SILVA

O CONTROLE SOCIAL NO ROMANCE 1984 DE GEORGE ORWELL: UMA
ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO FILÓSOFO FRANCÊS, MICHEL FOUCAULT

Trabalho de Conclusão de apresentada ao Programa de Graduação em Letras Inglês da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura Plena em Letras Inglês.

Área de concentração: Estudos críticos em literaturas anglófonas

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Waldir Kennedy Nunes Calixto

Prof. Me. Waldir Kennedy Nunes Calixto (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

José Vilian Manguera

Prof. Dr. José Vilian Manguera
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aline Oliveira do Nascimento

Prof.^a. Ma. Aline Oliveira do Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

RESUMO

Este estudo investiga as formas de poder exercidas pelo Partido no romance *1984* (2009) de George Orwell, com o objetivo de analisar os dispositivos de poder conforme a teoria de Michel Foucault. Utilizando uma metodologia qualitativa que inclui análise textual e revisão bibliográfica, o estudo relaciona os elementos do romance com os conceitos foucaultianos de vigilância, controle e disciplina. Desta forma, oferece ao leitor uma compreensão aprofundada dos dispositivos de controle, da execução, preservação e justificação do poder totalitário. Deste modo, este trabalho visa mostrar como a narrativa de Orwell, pode ser lida com base nas dinâmicas de poder discutidas por Foucault, destacando a relevância dessas análises para a compreensão das práticas de dominação e resistência em contextos contemporâneos. Além disso, integra as perspectivas de João Adolfo (2006) e Walter Benjamin (1984) para interpretar as alegorias presentes no romance, inserindo-as no contexto histórico e cultural de Orwell, e destacando a relevância dessas análises para a compreensão das práticas de dominação e resistência, para assim poder relacionar aspectos da literatura que são associados a realidade.

Palavras chave: Poder, dispositivos de poder, *1984*, alegoria, vigilância

ABSTRACT

This study investigates the forms of power exercised by the Party in George Orwell's novel *1984* (2009), with the objective of analyzing the devices of power according to Michel Foucault's theory. Using a qualitative methodology that includes textual analysis and literature review, the study relates the elements of the novel with foucaultian concepts of surveillance, control and discipline. In this way, it offers the reader an in-depth understanding of device of control and the execution, preservation, and justification of totalitarian power. Thus, this paper aims to show how Orwell's narrative can be understood using the power dynamics discussed by Foucault, highlighting the relevance of these analyses to the understanding of the practices of domination and resistance in contemporary contexts. Furthermore, it integrates the perspectives of João Adolfo and Walter Benjamin to interpret the allegories present in the novel, inserting them into Orwell's historical and cultural context, and highlighting the relevance of these analyzes for understanding the practices of domination and resistance to in order to relate aspects of literature that are associated with reality.

Key words: Power, Power devices, *1984*, allegory, surveillance

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	6
2.	RELAÇÕES DE PODER E SEUS DISPOSITIVOS	9
3.	INTERPRETAÇÃO EM CAMADAS: ALEGORIA	19
4.	UMA INTERPRETAÇÃO DA LINGUAGEM DO PODER EM 1984.....	22
5.	REPRESENTAÇÕES ALEGÓRICAS NA OBRA 1984	35
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

1. INTRODUÇÃO

A obra *1984*, lançada em 1949, é um romance que narra um trecho da vida do protagonista Winston. A vida turbulenta que ele vivencia é causada pelo governo que controla a Oceania, uma alusão à Inglaterra, com uma espécie de socialismo totalitarista. O ditador é conhecido como Grande Irmão, mas no romance, fica claro que ele é apenas uma figura pública simbólica. Quem realmente controla a sociedade é uma organização governamental intitulada Partido.

Ao longo do romance, enquanto nos deparamos com outros personagens e o desenrolar da trama, observamos as constantes manifestações dos meios de poder do governo de *1984* (2009). Essas manifestações são evidentes tanto nas ações diretas do Partido quanto no medo das personagens de serem capturadas. O Estado utiliza diversos métodos para manter o controle, incluindo câmeras de monitoramento, espionagem e a polícia. Além disso, são apresentadas ideias como o confinamento e a *novafala*¹, um idioma criado com o objetivo de restringir a âmbito do pensamento, limitando a capacidade dos cidadãos de questionar ou se rebelar contra o regime.

Com tais meios, o Partido se utiliza delas para conseguir ter total controle da população, usando, segundo a visão de Foucault, dispositivos de controle que são tanto meios para assegurar o poder quanto manifestações do próprio poder para que eles possam manter as pessoas controladas, e com isso manter seus status de dominância.

Com esta visão, o trabalho busca propiciar uma análise sobre tais representações de poder que permeiam o romance, para assim, explicitar como as ações do Partido são formas de controle que regram a sociedade do livro, mostrando assim uma perspectiva que se desassocia do senso comum, sobre o poder e suas relações de dominação e controle, que podem ser reconhecidas em meio ao convívio social, já que o romance em si, apesar de apresentar uma distopia², ainda assim, apresenta situações que remetem as faíscas da guerra e a dominação

¹ A *novafala* é um idioma que está em produção durante a passagem de tempo do livro para, futuramente, vir ser o idioma oficial da "Oceania", onde já vem sendo aplicada algumas palavras desse idioma como forma de jargão popular

² Distopia é um cenário que beira o extraordinário em que se vive em condições de extrema opressão, desespero ou privação.

nazista, ademais, incorporando as representações descritas no romance com uma análise sobre o que está escrito em suas entrelinhas, em forma de alegorias, que representam aspectos das sociedades totalitárias que havia no período a qual foi escrito, e foram representadas na obra.

Assim, o trabalho pretende se aprofundar nas principais formas de controle por meio do poder exercido pelo Partido, fazendo uso, juntamente a visão filosófica de Foucault, para que possamos compreender as relações de ações e resultados, analisando como as ações do Partido não causam um efeito inverso ou como as ações fomentam o controle, não incitando a dissidência na população. Dessa forma, iremos trabalhar a vigilância, a punição e a *novafala*, trazendo em essência uma construção social segundo o romance e iremos analisá-los segundo as teorias do filósofo Michel Foucault, a partir dos conceitos apresentados em seus livros *A microfísica do poder* (2006), *A ordem do discurso* (1999) e *As palavras e as coisas* (1999). Utilizaremos uma metodologia qualitativa, com análise textual e revisão bibliográfica, para relacionar o conteúdo do romance com as teorias de Foucault. O trabalho é composto de cinco capítulos.: No primeiro capítulo após a introdução, há uma discussão sobre a teoria do poder sob a visão de Michel Foucault, em seguida, uma breve contextualização sobre alegoria. No terceiro tópico, desenvolvemos uma discussão acerca da sociedade descrita na obra *1984* (2009), relacionando-a à visão foucaultiana do poder, seguida de um tópico que traz uma discussão entre as relações de algumas das alegorias presentes no romance, com suas possíveis ligações com fatos históricos vivenciado pelo autor da obra. Por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre a pesquisa e as referências bibliográficas utilizadas para construção do texto.

Neste trabalho, utilizamos uma metodologia qualitativa que combina análise textual para uma exploração detalhada dos temas e simbolismos presentes no romance de Orwell, e revisão bibliográfica para integração das teorias de Michel Foucault sobre vigilância, controle e disciplina, juntamente com as teorias sobre alegorias de João Adolfo (2006) e Walter Benjamin (1984). Esta abordagem oferece uma compreensão profunda dos mecanismos de poder totalitário representados na obra, relacionando-os com conceitos teóricos e contextuais relevantes.

Este estudo contribui para os estudos literários ao proporcionar uma nova perspectiva sobre *1984* (2009), utilizando a teoria social de Foucault para iluminar os

mecanismos de poder descritos por Orwell. Embora este trabalho se concentre em uma análise teórica, ele reconhece as limitações de não abordar empiricamente o impacto dessas técnicas de controle na sociedade atual.

2. RELAÇÕES DE PODER E SEUS DISPOSITIVOS

A concepção comum de poder muitas vezes é simplificada como a capacidade de impor a própria vontade, frequentemente associada à imagem de autoridade física, força militar ou mesmo do Estado. Embora essa perspectiva atenda ao senso comum, sua unilateralidade tende a obscurecer a compreensão mais ampla do poder como uma ação e das ações como manifestações do próprio poder. Nesse sentido, refletir sobre conceitos do filósofo Michel Foucault, revela uma abordagem distinta em relação aos conceitos estabelecidos por sociólogos como Karl Marx e Max Weber. Enquanto Marx e Weber frequentemente centralizaram suas análises do poder na estrutura do Estado, Foucault enfatizou sua complexidade ao examinar as manifestações nas relações sociais, nas instituições e nos discursos. Essa perspectiva multifacetada de Foucault permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder que permeiam a sociedade, indo além das formas tradicionais de autoridade e controle estatal.

Michel Foucault apresenta o poder como algo que age em relação às ações sociais, afirmando que o poder não é uma relés coisa que alguém detém, e sim, que é exercido. Desse modo, “todas as pessoas estão envolvidas por relações de poder e não podem ser consideradas independente delas ou alheias a elas” (Brígido, 2013, p. 60). É algo que acontece nas relações interpessoais, não exatamente como uma forma de subjugação, mas sim como a indicação de uma opinião, por exemplo, quando pedimos ou quando damos uma ordem.

Edimar Inocência Brígido explica que: “Desse modo, estamos todos envolvidos nessa rede que recebe, gera e distribui o poder. Somos seres relacionáveis, sociáveis, e isso nos envolve nas relações de poder” (Brígido, 2013, p. 62). Tendo isto em vista, destacamos que Foucault descreve a sociedade como meio para qual o poder se organiza, entre quem está exercendo-o quanto àquele que é atingido por ele; e, nesta discussão, Foucault apresenta meios de legitimação, ações que podem sustentar o poder àquele que está exercendo-o, que ele mesmo os chamou de dispositivo³.

³ Sobre o dispositivo em Foucault, explica Castro: “Como reconhecerá o próprio Foucault, faltava ao seu trabalho a análise do poder, da relação entre o discursivo e o não discursivo. A essa necessidade responde a introdução do conceito de dispositivo como objeto da descrição genealógica.

Um dos primeiros pontos abordados por Foucault em relação aos dispositivos foi a ideia da vigilância, ele discorre sobre como saber o que está acontecendo, dá controle sobre as situações, e como as pessoas podem torna-se dóceis ao perceber que estão sendo observadas, isso quando a ideia de vigiar está atrelada ao segundo ponto que Foucault nos traz, a punição, que de semelhante modo é implantada pelo estado para o controle de massas.

Ele também nos introduz a disciplina, forma de adestramento ao corpo para que com isso sigamos o padrão ensinando. Sobre este ponto, Brígido (2013) afirma que:

O corpo torna-se dócil, pois pode ser manipulado, submetido, aperfeiçoado. Assim, quando se impõe a disciplina ao corpo se está tentando impor a toda a sociedade porque ele não se torna apenas obediente, mas também, útil. Nasce uma “mecânica do poder”, onde os corpos tornam-se dóceis e manipuláveis da maneira que se quer. No entanto, esse é um processo que não se dá de repente. (Brígido, 2013, p. 66)

Com esses meios, Foucault, nos mostra o que ele denomina de ‘microfísica do poder’, que são as pequenas atitudes que fazem o controle individual das pessoas, aquelas pequenas ações que fazem com que as pessoas reproduzam o comportamento esperado, padronizado, funcionando como um círculo vicioso. Em primeiro, tem o ato de vigiar, e, em seguida, o medo ou julgamento de que não vale a pena ser punido, faz com que nos tornemos dóceis, disciplinados, isto significa que teremos um comportamento aceitável para a sociedade, como a ideia de não roubar mesmo tendo a possibilidade, ou o incentivo para não mostrar fadiga no trabalho. Toda ação que é gerada por medo de uma consequência, como no exemplo anterior, o roubo gera o encarceramento, e a má produção gera a demissão, punições que disciplinam e “adestram” o indivíduo.

Tomemos como outro exemplo uma sala de aula, nela, os alunos se organizaram em fileiras, para assim facilitar o olhar do responsável, possibilitando a eficácia em detectar algo fora do normal e corrigir o que há de errado, como também, para com isso, poder punir, se necessário, segundo julgado pela vontade

O dispositivo é, em definitivo, mais geral do que a episteme, que poderia ser definida como um dispositivo exclusivamente discursivo” (Castro, 2009, p. 124).

do professor ou responsável daquela turma. Tendo tais dispositivos para o controle, é possível exercer e preservar o poder, e como Brígido (2013) descreve:

Poder vem do latim *potere*: o direito de deliberar, agir e mandar e também, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania, ou o império de dada circunstância ou a posse do domínio, da influência ou da força. (Brígido, 2013, p.58).

Então, o professor, por meio dos dispositivos de controle, vai assegurar que seu poder em sala não seja negligenciado, exercendo ações que assegurem sua autoridade em sala para punir, e com isso, disciplinar, anexando no cerne do indivíduo que, aquilo que foi feito por ele é errado, e mesmo que ele queira voltar a fazer o errado, que lembre; há uma consequência, uma possibilidade de punição, e com isso manipule o comportamento do indivíduo e não volte a repetir aquela ação que não deve ser feita, mas claro, isso não apenas serve para disciplinar o errado, também serve para disciplinar o esperado para o conjunto, como a abordagem para disciplinar alguém que não se comportou em uma fila ou que não permanece esperando o tempo necessário para que chegue a sua vez, ou até mesmo, a própria formação da fila.

Foucault ainda traz o conceito de dispositivo de controle, que pode vir a ser a verdade, pois: “Em suma, podemos dizer que a verdade está diretamente ligada ao sistema de poder, sustentando-o. Este sistema o elabora e reproduz de acordo com suas necessidades” (Brígido, 2013, p.70). Nessa esteira de pensamento, a verdade referida por Brígido é uma assimilação da verdade descrita por Foucault, na qual ele a descreve como uma espécie de ideologia, servindo para justificar os dispositivos de poder, como o porquê da vigilância ou a punição⁴. Sempre sendo produzida por quem utiliza dos meios de “dispositivos” para assegurar o seu poder, assim produzindo sua verdade sobre tais dispositivos para que as pessoas assimilem aquelas informações e as utilizem como ponto de início para os demais julgamentos, formando uma ideologia que é a chamada de verdade para aqueles que a aceitam,

⁴ Brígido (2013), explica que a punição apenas no âmbito jurídico, e faz com que percebamos como a punição modificou-se para legitimar-se e com isso ser um meio para se exercer o poder. Com isso, a punição pode ser caracterizada como um meio para disciplina que é oferecido por aquele que exerce o poder e que deseja disciplinar alguém.

que, inevitavelmente, são os corpos dóceis, com seus corpos doutrinados por repetições e padrões, que são continuamente observados e que sentem que podem ser punidos.

Com isso, também é abordado a questão do saber, do conhecimento que gera a verdade. “A verdade exige um discurso próprio. Assim, para se conseguir obter o saber válido para o sistema que o mantém, é preciso apossar-se do discurso que confere esse saber”. (Brígido, 2013, p.71). Desta forma, quem quer controlar, quem almeja exercer o poder precisa deter os meios produtores do saber, ou fazer com que eles produzam o saber que justifique os “dispositivos” de controle.

Em seu livro, *A ordem dos discursos* (1999), Foucault aprofunda-se nos dispositivos de controle, interligando o discurso como forma de justificação dos “dispositivos”, refletindo sob questões dialogando que: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 1999, p.10). Assim, caracterizando o discurso como meio para exercer o poder, fazer com que a palavra tenha força, e para que isto aconteça, Foucault nos apresenta dois novos conceitos, a vontade de verdade, e a verdade. A vontade de verdade é descrita como o saber, como discutido anteriormente, caracterizando-se por procurar quantificar as relações existentes da natureza, o fazer ciência. Nesse contexto, sobre a verdade explica Foucault (1999):

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. (Foucault, p.17).

Assim, distinguindo a verdade do desejo de entender o mundo e formar um conhecimento que podemos tomar verídico, trabalhando em uma linha tênue entre verdade e mentira, mas para efeito de compreensão, iremos esquecer da mentira, e iremos atribuir a ideia de verdade para o desejo de verdade, que ao menos procura ser um conhecimento baseando em algo, e a verdade irá ficar com o papel do acreditar, indagações que tiramos do nosso cerne que acreditamos serem verídicas,

similares ao que os antigos gregos faziam em suas discussões baseadas em seus pensamentos filosóficos quando reuniam-se em locais abertos para discutir sobre vida, verdade e universo, assuntos interinos e política, boa parte do que era exposto partia de suas conclusões segundo seus entendimentos e suas vivências, utilizando a lógica por falta de embasamento científico. Tais verdades implicam diretamente na formação do discurso, podendo distorcer e favorecer aquele que monopoliza a informação. Esta fala reflete, assim, o poder da verdade e do discurso, e como eles são entrelaçados, uma vez que o discurso mostra uma verdade tendenciosa que poderá influenciar o interlocutor, visto que ninguém faz algo errado por estar errado, e sim, por acreditar ser certo. Com isso, sobre o discurso verdadeiro, salienta Foucault (1999):

[...] o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e liberta do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. (Foucault, p.20).

Foucault argumenta que, desde os tempos dos gregos, o discurso verdadeiro não é mais aquele que é ditado pelo desejo ou pelo exercício do poder. Ou seja, a verdade não é simplesmente algo que alguém deseja que seja verdadeiro ou que é imposto por quem domina. Ele questiona o que está realmente em jogo quando falamos sobre a vontade de verdade e de expressar esse discurso verdadeiro. Ele sugere que, na busca pela verdade, estamos sempre lidando com questões de desejo e poder.

Nesse sentido, Foucault sugere que o verdadeiro discurso, quando libertado das influências do desejo e do poder, não pode reconhecer plenamente a vontade de verdade que foi o causador, a força motriz da vontade de verdade, dizendo que a nossa vontade de conhecer, fazer ciência, explorar e descobrir, de gerar verdades é tendenciosa e gira em torno dos nossos desejos e não apenas daquilo que é proposto como resultado da pesquisa. Isso implica que, mesmo quando tentamos nos libertar dessa influência, ela ainda está presente de alguma forma. Ele está

sugerindo que a vontade de verdade, que tem sido imposta sobre nós há muito tempo, é de tal natureza que a verdade que ela busca alcançar inevitavelmente se torna mascarada ou obscurecida. Significando que, mesmo quando buscamos a verdade, somos influenciados por outras forças que podem distorcê-la ou ocultá-la. Isto infere que, mesmo quando tentamos nos libertar dessas influências, elas ainda moldam a forma como entendemos e expressamos a verdade.

Foucault em sua obra *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas* (1999), procura discorrer e fomentar uma discussão de como o discurso não apresenta apenas o que é expresso, tanto em palavras quanto na escrita, sendo seu foco maior na escrita. Desta maneira, sobre o discurso oral e/ou escrito Foucault (1999) explica:

Mas, se a linguagem não mais se assemelha imediatamente às coisas que ela nomeia, não está por isso separada do mundo; continua, sob uma outra forma, a ser o lugar das revelações e a fazer parte do espaço onde a verdade, ao mesmo tempo, se manifesta e se enuncia. Certamente que não é mais a natureza na sua visibilidade de origem, mas também não é um instrumento misterioso, cujos poderes somente alguns privilegiados conheceriam. (Foucault, p. 50).

Na obra, é explorada a história do pensamento ocidental e como diferentes épocas têm concebido o conhecimento e a organização do mundo. No capítulo "A Escrita das Coisas", Foucault discute a transição do pensamento do Renascimento para a época clássica, especialmente focando na mudança de paradigma no estudo da linguagem e das ciências humanas.

Foucault argumenta que no período renascentista, o conhecimento estava centrado na semelhança, na representação e na ordem das coisas. Nesta época, havia uma concepção de que o mundo era um reflexo do divino, e o conhecimento era uma forma de desvendar essa ordem divina. A linguagem era vista como um meio de representar fielmente o mundo, e as palavras eram consideradas como correspondendo diretamente às coisas que representavam, referindo-se a linguística Saussuriana que havia disseminado tal ponto de vista sobre a análise do discurso⁵.

⁵ Tendo em mente que: "O DISCURSO é um suporte abstrato que sustenta os vários TEXTOS (concretos) que circulam em uma sociedade. Ele é responsável pela concretização, em termos de figuras e temas, das estruturas semio-narrativas" (Rosario, 1995, p. 17), então, Maria do

Entretanto, Foucault descreve uma mudança radical no pensamento durante a época clássica, na qual a linguagem e o conhecimento se tornaram desvinculados das coisas. Ele argumenta que as palavras perderam sua função de representar o mundo de forma direta e passaram a ser entendidas como signos que são arbitrários. Saussure, explica esse fenômeno como uma relação natural entre as palavras que são os signos linguísticos, representados pela imagem acústica e conceito, na qual a imagem acústica é a imagem vista ou a visualização auditiva que está ligada ao conceito, como uma palavra e o que ela significa, dando-se uma relação de coexistência na qual uma suscita a outra, mas, não há uma conexão intrínseca entre o significado de uma palavra e o objeto ao qual ela se refere.

Em vez disso, a relação entre o signo linguístico (a imagem acústica, a palavra) e o seu significado (o conceito ou referente), gera uma imagem do que vem a ser a arbitrária do signo, a fatídica relação entre a imagem acústica e o conceito estão atrelados, porém apenas condicionalmente, podendo sofrer alterações e vir a ser trocada. Assim, a ideia que compreende a imagem acústica e o conceito é determinado pelo uso social e cultural da língua, dependente das convenções sociais e históricas. Essa mudança na compreensão da linguagem e do conhecimento teve importantes implicações nas ciências humanas, pois deslocou o foco do estudo das semelhanças e correspondências para o estudo das relações entre signos e significados, inaugurando assim uma nova era no pensamento ocidental, enfatizando, assim, a expressão de mascaramento expressada por Foucault, que se refere ao que é dito em uma esfera que está dentro de outra esfera. Segundo o estudioso, “As línguas estão com o mundo numa relação mais de analogia que de significação; ou, antes, seu valor de signo e sua função de duplicação se sobrepõem[...]” (Foucault, 1999, p. 51).

O autor argumenta que as línguas não são apenas instrumentos para transmitir significados, mas também desempenham um papel mais complexo de representação ou espelhamento do mundo. Elas não apenas nomeiam coisas, mas também refletem, de certa forma, a estrutura e a ordem do mundo em que são

Rosario (1995), vai afirmar que: “Através da Análise do Discurso é possível realizarmos uma análise interna (o que este texto diz?, como ele diz?) e uma análise externa (por que este texto diz o que ele diz?)” (Rosario, 1995, p. 17), assim, atribuímos a análise do discurso ao sentido de interpretar narrativas e procurar em suas camadas informações que complementam e dão sentido ao que foi escrito.

utilizadas. Essa ideia sugere uma visão da linguagem como mais do que uma simples ferramenta de comunicação; ela é vista como uma forma de criar uma conexão entre o mundo e a experiência humana, refletindo e reinterpretando a realidade de maneiras diversas por diversas significações que haviam nas palavras.

Entretanto, ao fim do Renascimento:

[...] perguntava-se como reconhecer que um signo designasse realmente aquilo que ele significava; a partir do século XVII, perguntar-se como um signo pode estar ligado àquilo que ele significa. Questão à qual a idade clássica responderá pela análise da representação; e à qual o pensamento moderno responderá pela análise do sentido e da significação. (Foucault, 1999, p.59)

Foucault destaca uma mudança na forma como a relação entre o signo e o significado é concebida ao longo da história. Ele observa que, no período anterior ao século XVII, a questão principal era como determinar se um signo realmente representava aquilo que ele significava. Isso sugere uma preocupação com a correspondência entre o signo e seu referente, ou seja, se a palavra ou símbolo realmente se referia à coisa ou conceito que pretendia representar. No entanto, a partir do século XVII, especialmente na época clássica, a questão muda. Não se trata mais apenas de estabelecer uma correspondência entre o signo e o referente, mas sim de entender como o signo está conectado ao seu significado. Neste novo paradigma, a ênfase é colocada na análise da representação, ou seja, na forma como os signos representam ou refletem o mundo.

Então, ele destaca uma segunda mudança que ocorre com o pensamento moderno. Neste estágio, a questão fundamental não é mais sobre a representação, mas sim sobre o sentido e a significação dos signos. Aqui, a análise se volta para como os signos adquirem seus significados dentro de um contexto linguístico e cultural específico, e como esses significados são interpretados e compreendidos pelos indivíduos.

Em resumo, Foucault reflete sobre uma evolução na forma como a relação entre signo e significado é concebida ao longo do tempo, passando de uma preocupação com a representação para uma análise mais profunda do sentido e da significação dos signos. Essa mudança reflete transformações mais amplas nas

formas de compreensão da linguagem e do conhecimento ao longo da história. Ele descreve um futuro em que as funções sensoriais humanas se tornarão mais especializadas e separadas umas das outras. O olho será destinado exclusivamente à visão, enquanto o ouvido será destinado exclusivamente à audição. Essa separação sugere uma fragmentação na maneira como os seres humanos interagem e percebem o mundo ao seu redor. Além disso, Foucault sugere que o discurso, ou seja, a linguagem, será reduzido à sua função de mero descrever do que é, sem a capacidade de transcender essa função. Isso implica que a linguagem se tornará cada vez mais limitada em sua capacidade de representar e compreender a complexidade da realidade, e posteriormente:

Na idade moderna, a literatura é o que compensa (e não o que confirma) o funcionamento significativo da linguagem. Através dela o ser da linguagem brilha de novo nos limites da cultura ocidental — e em seu coração — pois ele é, desde o século XVI, aquilo que lhe é mais estranho. (Foucault, 1999, p.60)

Foucault ressalta o papel da literatura na idade moderna como uma forma de compensação pelo funcionamento significativo da linguagem. Foucault sugere que, na era moderna, a literatura não apenas confirma, mas compensa a inadequação ou insuficiência da linguagem em capturar plenamente a realidade ou transmitir significados de forma precisa. Ele argumenta que, através da literatura, o "ser da linguagem" volta a brilhar nos limites da cultura ocidental e em seu cerne. Aqui, o "ser da linguagem" refere-se à essência ou natureza da linguagem, sua capacidade de criar significados, expressar complexidades e influenciar a compreensão humana do mundo.

Foucault sugere que, desde o século XVI, a literatura se tornou algo estranho à cultura ocidental, destacando-se como uma forma de expressão que transcende as limitações da linguagem cotidiana. Ao explorar as fronteiras da linguagem e experimentar com formas de expressão, a literatura permite que o "ser da linguagem" seja revelado de maneiras profundas e inovadoras.

Dessa forma, abre-se um leque de possibilidades para a escrita, sendo que é possível a formação de um texto que se utiliza de signos arbitrários para referir-se a

conceitos não interligados diretamente a determinado conceito, possibilitando uma escrita por camadas, além do que é compreendida pelos olhos, ou ouvida em forma de aliteração, o texto por baixo do texto, as alegorias. Assim sendo, podemos compreender o texto como uma representação do cerne da comunicação que é utilizada para transpassar seus ideais, desejos, percepções, assim exercendo o poder para a quem é escrito. A exemplo disso, Foucault (1999) menciona que Dom Quixote: "lê o mundo [pág. 64] para demonstrar os livros"(Foucault, p. 64), ele está apontando para a visão quixotesca da realidade⁶, a qual, a imaginação e a interpretação têm um papel central:

A façanha deve ser prova: consiste não em triunfar realmente — é por isso que a vitória não importa no fundo —, mas em transformar a realidade em signo. Em signo de que os signos da linguagem são realmente conformes às próprias coisas. Dom Quixote lê o mundo para demonstrar os livros. E não concede a si outras provas senão o espelhamento das semelhanças. (Foucault, 1999, p.64).

Dom Quixote é conhecido por interpretar a realidade ao seu redor através das lentes dos romances de cavalaria que leu, transformando moinhos de vento em gigantes e pastores em cavaleiros. Nesse sentido, a referência a Dom Quixote sugere que a verdadeira prova ou façanha está na capacidade de interpretar e dar significado ao mundo, não apenas com base na realidade objetiva, mas também na linguagem e na imaginação. Para Dom Quixote, as semelhanças e os signos da linguagem são mais importantes do que a realidade concreta, e é por meio do espelhamento dessas semelhanças que ele busca validar suas interpretações e demonstrar a conformidade entre os signos da linguagem e as próprias coisas.

Com isso, é possível perceber que a manipulação da verdade pode mudar a percepção das pessoas e oferecer um mundo criado artificialmente a partir daquilo que os indivíduos querem acreditar, tal produto também oferece o meio para ser possível justificar comportamentos e ações que afetam negativamente os indivíduos, fazendo com que todos pensem segundo o que é imposto.

⁶ A visão que Dom Quixote vê a sua realidade.

3. INTERPRETAÇÃO EM CAMADAS: ALEGORIA

No romance de Orwell, temos a presença de referências que conectam-se com ideias não escritas, algo que pode ser interpretado, fazendo ligações, alusões a possíveis interpretações segundo o que pode ser compreendido diante do apresentado, com isso temos espaço para então uma nova abstração para esse fenômeno, que é “Pensada como dispositivo retórico para a expressão, a alegoria faz parte de um conjunto de preceitos técnicos que regulamentam as ocasiões em que o discurso pode ser ornamentado” (Adolfo, 2006, p. 9).

Assim, o texto literário pode ser apresentado como uma serie de camadas, que podem ter diferentes significações, que são interligadas à realidade por meio da interpretação do leitor, “Retoricamente, a alegoria diz b para significar a” (Adolfo, 2006 p.14). Desse modo, é possível termos um texto comprimido que diz mais do que aparenta, introduzindo pensamentos que tendem a ser escondidos, mascarados para a compreensão de um determinado grupo. Ademais, a alegoria é um recurso retórico, isso significa que é um artifício também encontrado na língua utilizada para criar significado e impacto na comunicação. Por conseguinte, é uma forma de expressão que vai além do significado literal das palavras, permitindo que conceitos abstratos sejam expressos e escritos nas entrelinhas. Havendo momentos específicos para seu uso, o discurso pode ser ornamentado com alegorias, isso reflete diretamente na lógica de que a alegoria não é arbitrária, mas está relacionado a certas circunstâncias, pois através da intenção comunicativa, são gerados o efeito desejado e a adequação ao tema que o autor está trabalhando. Isto significa que “As regras fornecem lugares-comum - topoi (grego) ou loci (latim) — e vocabulário para substituição figurada de determinado discurso, tido como simples ou próprio, tratando de determinado campo temático” (Adolfo, 2006, p.9).

Sobre a alegoria Adolfo (2006) afirma que, a partir de princípios que partem da intenção comunicativa do leitor, a alegoria vai fornecer uma estrutura e um vocabulário que permite a substituição figurada de determinados discursos considerados simples ou diretos, quando se trata de um campo temático específico. Nesse sentido, sobre a alegoria e a interpretação do discurso, salienta Adolfo (2006):

Assim, estática ou dinâmica, descritiva ou narrativa, a alegoria é um procedimento intencional do autor do discurso; sua interpretação, ato do receptor, também está prevista por regras que estabelecem sua maior ou menor clareza, de acordo com o gênero e a circunstância do discurso. (Adolfo, p. 09).

As regras retóricas fornecem um conjunto de palavras, expressões e imagens que podem ser usadas de forma figurada para substituir ou enriquecer o discurso simples ou literal. Essa substituição figurada pode envolver metáforas⁷, comparações e outros recursos retóricos. Quando aplicadas de maneira eficaz, essas regras são adaptadas às características e demandas do campo temático em questão, fornecendo um vocabulário e uma estrutura adequados para aumentar a eficiência da expressão. Isso permite atribuir um compilado de informações no texto escrito, exemplificando a intenção comunicativa ou mascarando a fala do autor. Como resultado, o texto adquire camadas que não podem ser vistas imediatamente, mas compreendidas ao se considerar a relação entre o significado e o significante. Essa abordagem aproveita a arbitrariedade do signo linguístico para transmitir informações de maneira que o aspecto visual e suas conexões rotineiras não conseguiriam expressar.

O uso da alegoria é desenvolvido através da clareza do simbolismo, já que ela deve apresentar símbolos claros e reconhecíveis, que representem conceitos, ideias ou realidades específicas. A linguagem simbólica deve ser escolhida de forma a transmitir o significado pretendido de maneira acessível e compreensível para o público-alvo, que por vezes pode se tornar algo difícil, pois algumas alegorias iram suscitar informações prévias e algumas vezes será necessário entender o contexto de uma obra para atingir o entendimento da alegoria trabalhada.

Com isso, para uma alegoria alcançar o *status* de ser considerada bem-sucedida, ela é imbuída em múltiplas camadas de significações, permitindo interpretações diversas e complexas. As diversas significações encontradas em formas alegóricas vão além de sua interpretação literal, oferecendo *insights*⁸ mais profundos sobre questões universais, filosóficas, sociais ou emocionais, frequentemente refletem ou comentam sobre questões contemporâneas ou aspectos

⁷ A metáfora é uma forma de escrita atrelada à estilística; ela uni dois signos para exemplificar uma ideia.: ex.: Ele tem uma vontade de ferro

⁸ É a capacidade de compreender algo oculto, verdades escondidas.

da cultura, sociedade ou política de seu tempo. Portanto, uma alegoria pode incluir a consideração do contexto histórico, cultural ou político em que a obra foi criada e interpretada. Sobre o texto alegórico e o leitor, explica Adolfo, (2006):

Por isso, frente a um texto que se supõe alegórico, o leitor tem dupla opção: analisar os procedimentos por mais que produzam a significação figurada, lendo apenas como convenção linguística que ornamenta um discurso próprio, ou analisar a significação figurada nela pesquisando seu sentido primeiro, tido como preexistente nas coisas, nos homens e nos acontecimentos e, assim, revelado na alegoria. (Adolfo, p. 09).

Portanto, o leitor ao se deparar com uma alegoria, pode partir do princípio de interpretar as entrelinhas, ver o escrito e continuar. Isso envolve uma leitura que reconhece a alegoria como uma convenção linguística. Na segunda abordagem, a alegoria não é vista apenas como uma construção linguística, mas como um veículo para revelar significados mais profundos e universais, que transcendem a própria linguagem e estão enraizadas na experiência humana, na cultura e na sociedade.

A alegoria pode ser vista como uma forma de customizar o texto, partindo do princípio da análise da imagem acústica⁹ e/o conceito a ela atrelada, sendo que ambas as opções têm a interpretação em comum, que tende sempre a necessitar de um conhecimento prévio para que a alegoria seja reconhecida e então analisada e compreendida, atribuindo enfim, a uma determinada significação.

⁹ Segundo Saussure (2006): Imagem acústica ou significante é a palavra escrita ou falada que se refere ao significado

4. UMA INTERPRETAÇÃO DA LINGUAGEM DO PODER EM 1984

Ao refletir sobre o cenário da obra de Orwell, nos deparamos com uma sociedade em que, no cerne, habita um “ser” a ser controlado, tendo como narrador um dos membros desta sociedade que está à mercê de quem exerce o poder. Em todo o romance, são suscitados métodos e resultados da execução do poder, que podem ser interpretados usando os pensamentos de Foucault sobre as relações que há entre dominador e dominado, traçando um círculo vicioso no qual um fator desencadeia o outro. Desse modo, analisaremos, segundo a visão de Foucault, a narrativa e suas intrínsecas manifestações dos dispositivos de poder na obra de Orwell.

No romance, por lidar com uma sociedade totalitária, um dos primeiros dispositivos para obtenção e preservação do autoridade do Partido é a vigilância, primeiramente apresentada como uma analogia:

Numa das extremidades, um pôster colorido, grande demais para ambientes fechados, estava pregado na parede. Mostrava simplesmente um rosto enorme, com mais de um metro de largura: o rosto de um homem de uns quarenta e cinco anos, de bigodão preto e feições rudemente agradáveis. (Orwell, 2009, p. 5).

Neste trecho, a representação do executor do poder, o Grande Irmão, no qual é destacada a peculiaridade de que Winston, mesmo habituado, notava a figura masculina que visualizava: “Em todos os patamares, diante da porta do elevador, o pôster com o rosto enorme fitava-o da parede” (Orwell, 2009, p.5). A característica da observação é reforçada com o acréscimo de dois pontos. Da pintura em acrílico com sfumato¹⁰, e a afirmação de que ele estava sendo vigiado: “Era uma dessas pinturas realizadas de modo a que os olhos o acompanhem sempre que você se move. O GRANDE IRMÃO ESTÁ DE OLHO EM VOCÊ, dizia o letreiro, embaixo” (Orwell, 2009, p. 5-6). Posteriormente, são apresentados outros dois dispositivos

¹⁰ Sobre o Sfumato, é uma técnica de pintura que faz com que o observador ache que está sendo perseguido pela pintura, mundial mente conhecida pela obra Mona Lisa.

acrescentados ao modelo de vigilância; um deles é a “Teletela”¹¹, e o outro será discutido posteriormente. A teletela, por sua vez:

[...] recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto. Claro, não havia como saber se você estava sendo observado num momento específico. Tentar adivinhar o sistema utilizado pela Polícia das Ideias para conectar-se a cada aparelho individual ou a frequência com que o fazia não passava de especulação. Era possível inclusive que ela controlasse todo mundo o tempo todo. Fosse como fosse, uma coisa era certa: tinha meios de conectar-se a seu aparelho sempre que quisesse. Você era obrigado a viver — e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto — acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente. (Orwell, 2009, p. 7).

Nesse sentido, sobre a possibilidade de vigilância ininterrupta que a teletela nos proporciona, podemos analisar as similitudes da forma deste dispositivo de vigilância com o modelo de prisão Pan-óptico sugerido pelo inglês Jeremy Bentham e apropriada por Foucault, sendo descrita como:

[...] uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia (Foucault, 2006, p. 115).

¹¹ No o romance, esse objeto é descrito dessa forma: “A voz saía de uma placa oblonga de metal semelhante a um espelho fosco, integrada à superfície da parede da direita. Winston girou um interruptor e a voz diminuiu um pouco, embora as palavras continuassem inteligíveis. O volume do instrumento (chamava-se teletela) podia ser regulado, mas não havia como desligá-lo completamente. [...] A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Todo som produzido por Winston que ultrapassasse o nível de um sussurro muito discreto seria captado por ela; mais: enquanto Winston permanecesse no campo de visão enquadrado pela placa de metal, além de ouvido também poderia ser visto” (Orwell, 2009, p. 7).

O pan-óptico é um dispositivo de vigilância para a formação de corpos dóceis, onde a falta de privacidade se torna o ponto central para doutrinação dos indivíduos, formando assim indivíduos com padrões de comportamento desejados. A vigilância constante e a sensação de estar sempre sendo observado são instrumentos com grande poder para moldar os comportamentos por meio do medo de ser visto. Para Winston, essa vigilância incessante instaura um medo profundo de agir contra os princípios do Partido, levando-o a internalizar a disciplina que o próprio Partido deseja impor; em seu caso, não mostrar que está descontente com os princípios do partido e a vida que eles o propiciam. Assim, ele acaba adotando o comportamento esperado, não apenas por coerção direta, mas pela própria impressão de estar sendo monitorado a todo instante.

Como já apontamos, essa prática de vigilância remete ao conceito sobre o Pan-óptico, o qual a estrutura arquitetônica da prisão permite que um único vigilante observe todos os prisioneiros sem que estes saibam quando estão sendo observados. Essa incerteza leva os prisioneiros a internalizarem a vigilância e o auto-monitoramento constantemente. Da mesma forma, no romance de Orwell, os dispositivos de vigilância, como os pôsteres do Grande Irmão e as teletelas, criam um ambiente em que os cidadãos, incluindo Winston, sentem-se continuamente observados e, portanto, compelidos a conformar-se às normas e expectativas do Partido.

Através desses mecanismos, o Partido exerce um controle totalitário, não apenas sobre as ações dos indivíduos, mas também sobre seus pensamentos e emoções. A vigilância onipresente serve para eliminar qualquer sensação de privacidade, tornando impossível a rebelião ou o pensamento independente. Winston vive sob a constante pressão de ser julgado, o que resulta em um comportamento que se alinha com os desejos do Partido, mesmo na ausência de uma coerção física direta. Este é o poder disciplinar em ação, a qual o controle é mantido mais pela manipulação psicológica e pelo medo do que pela força bruta, para impedir o início de alguma rebelião e com isso ser meio da preservação da autoridade do Partido.

Outro dispositivo, que, no livro, desempenha um papel duplo, é a ideologia, entretanto, esta doutrinação foi imposta em duas formas distintas. A primeira é citada por Winston quando, acidentalmente, ele vê sua dupla romântica, Julia, no ministério da verdade, que por sua vez, "Trazia uma faixa estreita, escarlate, símbolo

da Liga Juvenil Antissexo, enrolada na cintura por cima do macacão” (Orwell, 2009, p. 16). Temos, aqui, a apresentação de uma das doutrinas do Partido, a qual podemos dizer que serve para o controle da natalidade, e também para fazer com que os jovens suprimissem suas vontades e focassem nos ideais do Partido. Já a outra doutrinação apresentada por Winston, servia não só para propagar o ideal do *Socing*¹², como para incentivar a vigilância da população pela própria população:

Mãos ao alto!”, berrou uma voz selvagem. Um garoto de nove anos, bonito e com cara de brigão surgira detrás da mesa e o ameaçava com uma pistola de brinquedo, enquanto sua irmã menor, uns dois anos mais jovem, imitava-o utilizando um pedaço de madeira. Ambos trajavam os calções azuis, as camisetas cinza e os lenços vermelhos de amarrar no pescoço que compunham o uniforme dos Espiões. (Orwell, 2009, p. 33).

A doutrinação dessas crianças implica na idealização de vigias as quais, a todo momento, estarão à procura de criminosos do pensamento¹³, empregando outra vez o aspecto da vigilância pan-óptica, já que ninguém sabe quando vai se deparar ou quando vai estar sendo vigiado por alguém doutrinado a tal ponto. Winston, ao sair desta cena, ele reflete e demonstra suas considerações sobre o acontecido, considerando que “Com crianças daquele tipo, pensou Winston, aquela infeliz mulher deve levar uma vida de terror. Mais um ou dois anos e eles começariam a vigiá-la noite e dia em busca do menor sintoma de inortodoxia” (Orwell, 2009, p. 35). Desviando-se da visão da vigilância, podemos atribuir tais aspectos às doutrinas imposta. Sobre esse ponto, os estudos de Foucault abordam a natureza e a disseminação da doutrina, destacando como ela difere da formação de normas ou disciplinas que geralmente restringem e controlam os indivíduos:

A doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra - mais ou menos flexível - de conformidade com os discursos validados. (Foucault, 1999, p. 42).

¹² Em 1984 (2009), *Socing* é o nome em *novafala* para socialismo inglês.

¹³ Criminosos do pensamento são pessoas que tem pensamentos que questionam os ideais do Partido ou que questionam a veracidade dos fatos apresentados por eles.

Pensar na difusão da doutrina implica (diferentemente de normas ou disciplinas que podem ser mais restritivas e aplicáveis a grupos específicos) na disseminação de um pensamento unitário entre um grupo numeroso de pessoas. Sua natureza expansiva permite que alcance e influencie amplas camadas da sociedade, disseminando informações que geram um senso unitário que faz com que as pessoas sustentem uma ideia pelo pensamento em rebanho com o mesmo ideal em mente. Assim, através da partilha de um conjunto de discursos que são comuns a todos os indivíduos que a adotam, é possível fazer com que a ideologia seja um dispositivo para controle.

Estes discursos fornecem uma base compartilhada de crenças, valores e verdades que definem a identidade e a pertença dos indivíduos a um grupo ou comunidade. Nesse contexto, é através do reconhecimento e da aceitação de determinados discursos que os indivíduos se vêem como parte de algo que está em comum, gerando deste modo, a ideia de pertença a um grupo, que faz com que aceite cegamente as mesmas verdades e aceitações de regras de conformidade. Isso significa que, para ser considerado parte desse grupo, um indivíduo deve aderir aos discursos validados pela doutrina e seguir certas regras que regulam a conformidade a esses discursos. Essas regras podem variar em rigidez, mas são essenciais para manter a coesão e a identidade do grupo, prepõe dizer que:

[...] a heresia e a ortodoxia não derivam de um exagero fanático dos mecanismos doutrinários, elas lhes pertencem fundamentalmente. Mas, inversamente, a doutrina questiona os enunciados a partir dos sujeitos que falam, na medida em que a doutrina vale sempre como o sinal, à manifestação e o instrumento de uma pertença prévia - pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. (Foucault, 1999, p. 42-43).

A análise de Foucault sugere que a doutrina não apenas unifica os indivíduos através de discursos comuns, mas também exerce poder ao definir quais discursos são válidos e quais não são. Esse processo de validação e conformidade cria uma estrutura de poder que influencia as relações sociais e políticas, moldando a maneira como os indivíduos pensam e se comportam dentro da sociedade. Aplicando ao romance, o Partido fortalece sua posição dominante ao empregar esse dispositivo,

fomentando artifícios que levam a população a apegar-se a seus ideais. Conseqüentemente, isso os leva a julgar e condenar quaisquer outros discursos considerados heréticos, de acordo com os interesses do Partido.

Esses apontamentos remetem a dois fatores cruciais no discurso: o papel da verdade e o papel do discurso. A verdade, no contexto da doutrina, é definida e controlada por aqueles no poder, moldando as percepções e crenças dos indivíduos. O discurso, por sua vez, atua como um veículo para disseminar e reforçar essas verdades, garantindo a conformidade e a coesão dentro da comunidade. No romance, o Partido utiliza esse dispositivo para manter o controle e suprimir qualquer forma de dissidência, como também tal discussão fomenta a possibilidade de tratarmos da *novafala*, pois em sua projeção é entendido que há a intenção de mascarar a verdade e com isso distorcer o discurso. Este idioma, durante o período histórico que se passa o romance, está em fase de desenvolvimento, mas isto não o impede de estar sendo utilizado agregando-se ao idioma falado na Oceania, e tem como finalidade, “[...] estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo” (Orwell, 2009, p.45).

Neste trecho do romance temos um diálogo entre Winston e um dos linguistas que estava responsável em produzir a *novafala*, que pode explicar a produção desse idioma: é a possibilidade de tornar o pensamento-crime¹⁴ impossível, incapacitando o discurso, afetando diretamente a expressão da verdade, algo similar com o que foi produzido com o alemão durante a segunda guerra mundial (1939-1945) relatado no livro, *LTI: A linguagem do terceiro Reich (1947)*, produzido por um judeu Alemão, Victor Klemperer (1881-1960).

Na obra *As Palavras e as coisas (1999)*, há uma ampla discussão de como a palavra pode tornar-se um sinônimo de poder, considerando que o discurso é fomentador de opinião e por meio dele podemos convencer ou enganar, Foucault (1999) em sua reflexão nos diz que:

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de

¹⁴ O ato de pensar questionando ou duvidando das alegações e ideias do Partido.

discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (Foucault, p. 10).

Foucault apresenta uma visão crítica sobre a natureza da verdade e como ela é produzida e regulada dentro de uma sociedade, argumentando que a verdade não é uma entidade transcendente ou absoluta; ao contrário, ela é uma construção social, a verdade emerge das interações, relações de poder e processos dentro de uma sociedade específica. Na obra de Orwell, a verdade é aquilo que o Partido diz que é verdadeiro.

A produção da verdade é influenciada por várias formas de influência, significando que, aquilo que é aceito como verdade é muitas vezes o resultado de pressões sociais, políticas e culturais. Tais influências podem ser sutis ou explícitas, mas são fundamentais para a construção do que uma sociedade reconhece como verdadeiro. Assim, os discursos considerados verdadeiros têm efeitos específicos e são utilizados para manter e exercer poder, então, quem controla a verdade, em essência, controla a sociedade.

Tal concepção é um tanto divergente da ideia de fazer verdade abordada por Foucault (1999), referindo-se do fazer verdade por meio de pesquisas e produção de educação, mas tendo em vista que “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1999, p. 44). Assim podemos então assimilar que a construção da verdade pelo meio científico também é ligado ao meio social que o faz necessário ou conveniente.

No romance, a produção da verdade vai girar em torno do que é dito pelo Partido, e o que é mascarado pela *novafala*. Desse modo, o protagonista vai dialogar sobre situações que há diretamente a aplicação da *novafala* para distorção do sentido, e iremos analisar uma delas que se passa no trabalho do protagonista, que trabalhava reescrevendo informações para condizer com a mentiras proferidas pelo Grande Irmão, em formato de comando:

[...] não era Novafala propriamente dita, mas consistia sobretudo em palavras extraídas do vocabulário da Novafala — que os funcionários do Ministério empregavam em suas comunicações internas. Diziam:
 times 17.3.84 retificar discurso gi África imprecisões
 times 19.12.83 checar edição hoje estimativas quarto trimestre pt 83 erros impressão
 times 14.2.84 retificar malcitadominância chocolate
 times 3.12.83 reportagem ordemdia gi diplomaisnãobom ref despessoas
 reescrever todamente mostrarsupantearquiv. (Orwell, 2009, p.44).

Temos então pedidos de reescrita, na qual há palavras em *novafala*, especificamente estão substituindo signos linguísticos essenciais para a compreensão do que se trata as informações, como “*malcitadominância*”, “*ordemdia*”, “*diplomaisnãobom*”, “*ref despessoas*”, “*todamente*” e “*mostrarsupantearquiv*”, mas iremos atentar apenas para a ordem ‘times 3.12.83’, que o próprio Winston se deu o trabalho de traduzir para o leitor:

A reportagem sobre a ordem do dia pronunciada pelo Grande Irmão e publicada no Times do dia 3 de dezembro de 1983 ficou péssima e ainda faz referência a pessoas que não existem. Reescreva-a e apresente um rascunho a seus superiores antes de mandá-la para o arquivo. (Orwell, 2009, p. 63).

Com isso, enganado pelo próprio conhecimento, Winston traduz a palavra “*despessoa*” como “alguém que não existe”, embora, ao lembrar-se de que está retificação se tratava de alguém que ele já tinha visto, Withers, isso o levou a perceber o que estava acontecendo naquele momento. Withers, que havia ganhado medalhas por algum feito honroso para com o Partido, agora, por suspeita de que ele estaria mostrando alguma forma de intordoxia, foi retirado da sociedade e suas informações apagadas, era isso que o pedido ‘times 3.12.83’ significava. Essas circunstâncias foram suficientes para Winston ter uma conclusão sobre o que estava acontecendo: “As únicas pistas concretas estavam nas palavras “*ref despessoas*”, que indicavam que Withers já estava morto” (Orwell, 2009, p. 63).

Com isso, identificamos um dispositivo de poder que combina dois mecanismos de controle já discutidos: o discurso e a verdade. Na *novafala*, esses mecanismos são utilizados de forma de camadas. O discurso é simplificado ao

extremo, assim, evitando uma comoção pública ao eliminar palavras que poderiam ter um impacto na opinião das pessoas sobre o Partido, causando uma má impressão ou até mesmo desmascarar as atrocidades que são feitas pelo estado. A verdade, por sua vez, é manipulada e escondida à vista de todos, sendo acessível apenas a uma elite seletiva. Este controle duplo permite ao Partido manter uma hegemonia ideológica e social, ao moldar tanto a linguagem quanto a percepção da realidade.

Assim, na obra *A Microfísica do poder*, de Foucault (2006), em sua explanação na categorização das genealogias sobre o poder e dispositivos de poder, analisa-se a transformação do método punitivo, saindo dos suplícios medievais até a prisão, a descrevendo como “[...] o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral. "Tenho razão em punir pois vocês sabem que é desonesto roubar, matar..." (Foucault, 2006, p. 43). O trecho, argumenta que a prisão é um espaço onde o poder é exercido de forma direta. Lá, o controle e a autoridade são evidentes e indiscutíveis, sem a necessidade de disfarces ou justificativas complexas que podem ser necessários em outros contextos sociais, sendo justificada por um argumento moral usado para legitimar a autoridade da prisão. Assim, punição é apresentada como justa e necessária porque os atos que levaram à prisão (como roubar ou matar) são universalmente reconhecidos como errados, assim fazendo com que a sociedade aceite de bom grado esse ato punitivo como necessário para a convivência em sociedade.

Isto nos mostra que a justificação moral para a punição cria uma relação de poder a autoridade da prisão se apresenta como moralmente superior. Os prisioneiros são punidos não apenas por violar a lei, mas por violar normas morais que são supostamente aceitas por todos, o poder que pode se utilizar deste dispositivo, tem total controle sobre o corpo, o comportamento, e até a mente dos prisioneiros. As regras são rígidas e a vigilância é constante, exemplificando a forma mais intensiva e abrangente de poder disciplinar aceito e legitimado, sem a necessidade de quem exerce o poder se preocupar em uma revolta por parte dos dominados.

Desta forma, podemos refletir sobre a prática da punição na obra *1984* (2009), já que, apesar do governo em vigor ser totalitário, para não acabar tendo uma

revolta do proletariado, o Partido tende a trabalhar na linha tênue do que seria aceitável como punição naquela sociedade distorcida pelos ideais do *socing* empregadas pelo Partido, mas isto não impede que as pessoas sintam medo das punições que iriam sofrer mesmo sem saber se o que estão fazendo é errado ou não. Winston, logo no início do livro, ao comprar um caderno para usar como diário, ele demonstra uma grande preocupação em ser pego, e punido:

A coisa que estava prestes a fazer era começar um diário. Não que isso fosse ilegal (nada era ilegal, visto que já não existiam leis), mas se o fato fosse descoberto era praticamente certo que o punissem com a morte ou com pelo menos vinte e cinco anos de prisão em algum campo de trabalhos forçados. (Orwell, 2009, p. 12).

Neste trecho da obra vemos a preocupação de ser pego, e o emprego da punição por morte citada pela própria personagem é uma forma direta de se retratar; a final, as pessoas que eram presas, elas desapareciam. É o que fica evidente no seguinte trecho: “Além disso, ninguém nunca sabia qual era o destino deles, sem contar os poucos que acabavam enforcados como criminosos de guerra; os outros simplesmente evaporavam, enviados talvez para campos de trabalho forçado” (Orwell, 2009, p. 161). Como se percebe, o Partido estava se utilizando da aparência do encarceramento e do trabalho voluntário como face para então esconder o real efeito que seus sequestros e apreensões causavam, utilizando até mesmo presos para confirmar o álibi da existência de uma prisão, e de que as pessoas viam a ser presas por meio de um julgamento: “Às vezes o preso acabava sendo solto e era autorizado a viver um ou dois anos em liberdade antes de ser executado” (Orwell, 2009, p. 65). Ainda vendo o “times 3.12.84”, que é uma queima de informações sobre o Withers, nas memórias de Winston, sobre a prisão dele, é relatado o esquema de disfarce e mártir de Withers e seus dois amigos:

Dias depois, os três voltaram a ser presos. Ao que parece, haviam tornado a envolver-se em novas conspirações desde o instante em que foram postos em liberdade. No segundo julgamento, voltaram a confessar todos os antigos crimes, mais uma sucessão de novos. Foram executados, e o destino deles ficou registrado nos anais do Partido como advertência para a posteridade. (Orwell, 2009, p. 110).

Esta passagem ilustra de maneira prática os conceitos discutidos sobre a relação entre poder, controle, e a justificação moral da punição, tendo uma apologia com a autoridade apresentando-se como moralmente superior. No trecho, os prisioneiros são novamente acusados e executados por supostas conspirações, reforçando a ideia de que qualquer desvio das normas estabelecidas pelo Partido é uma transgressão moral grave. Esta repetida confissão e punição pública serve para legitimar o poder do Partido e afirmar sua autoridade moral, ainda reafirmando a justificativa da sua primeira prisão, que, um pouco mais na frente, podemos ver o que realmente aconteceu com eles quando Winston e Julia foram presos. Eles foram torturados e coagidos, mostrando como o Partido exerce controle não só sobre as ações, mas também sobre as mentes dos indivíduos, forçando-os a admitir e internalizar a culpa. Isto foi indiretamente afirmada na fala de Julia quando ela diz: “Se você se refere à confissão”, disse Julia, “com certeza vamos confessar. Todo mundo sempre confessa. Não tem como evitar” (Orwell, 2009, p. 230). Aqui a personagem assume que a confissão ocorrerá; entretanto, confessar as saídas que ela dava para se encontrar com Winston ou sobre as coisas que ela encontrava e começava a utilizar, como o vestido, ou o café, mesmo não sendo afirmado que mesmo não existindo leis que proibissem essas coisas, com certeza, para o partido, é errado, não seria motivo suficiente para condená-los, mas eles só parariam de ser torturados quando eles falassem exatamente o que O’Brien¹⁵ queria ouvir.

O que é posto no romance pode ser melhor entendido quando refletimos em como Foucault aborda o aparelho penal:

Ora, creio que a justiça como aparelho de Estado teve na história uma importância capital. O sistema penal teve por função introduzir um certo número de contradições no seio das massas e, em particular, uma contradição maior: opor os plebeus proletarizados aos plebeus não proletarizados. A partir de uma certa época, o sistema penal, que tinha essencialmente uma função fiscal na Idade Média, dedicou-se à luta anti-sediciosa. A repressão das revoltas populares tinha sido até então sobretudo tarefa militar. Foi em seguida assegurada ou melhor, prevenida, por um sistema complexo justiça-polícia-prisão. (Foucault, 2006, p. 29)

¹⁵ O’Brien é um dos membros do alto escalão do Partido, e foi responsável por enganar, prender e torturar Winston e Julia.

Foucault explora a evolução do sistema penal e sua função na manutenção do poder do Estado, destacando como ele foi utilizado para criar e exacerbar contradições sociais e suprimir a dissidência, afirmando que a justiça tem uma importância capital na história, funcionando como um instrumento essencial do Estado para manter a ordem e o controle. A justiça, incluindo o sistema penal, é uma ferramenta crucial para a administração do poder, similar ao conceito de doutrina e vigilância que ele discute em outros contextos.

O sistema penal introduz contradições dentro das massas, especialmente entre plebeus proletarizados e plebeus não proletarizados. Isso significa que o sistema penal é usado estrategicamente para dividir a população e criar conflitos internos, enfraquecendo a unidade das massas e dificultando a resistência contra o poder estabelecido. Este dispositivo de divisão e controle é um reflexo das dinâmicas de poder discutidas anteriormente. Assim, o discurso e a verdade são manipulados para manter a hegemonia e reprimir as revoltas populares, que antes era uma tarefa militar, passou a ser assegurada ou prevenida por um complexo sistema de justiça, polícia e prisão. Este desenvolvimento ilustra como os dispositivos de poder se adaptam e se complexificam para melhor controlar e suprimir a dissidência. A transição para um sistema integrado de justiça, polícia e prisão representa uma institucionalização mais sofisticada do controle social. Na obra *1984* (2009) é bastante perceptível esse jogo de relações ao decorrer da leitura, sendo suficientemente adaptável tais conceitos ao modo de sociedade empregado no romance, atribuindo pingos de realidade a um mundo ficcional, utilizando-se da prisão como recurso de controle, e também aproveitando-se do discurso da verdade por meio da criminologia para se justificar em suas prisões. Mais uma vez, usamos o pensamento de Foucault (2006) para entender o que é posto na narrativa:

Tem-se a impressão de que o discurso da criminologia possui uma tal utilidade, de que é tão fortemente exigido e tornado necessário pelo funcionamento do sistema, que não tem nem mesmo necessidade de se justificar teoricamente, ou mesmo simplesmente de ter uma coerência ou uma estrutura. Ele é inteiramente utilitário. E creio que é necessário procurar porque um discurso "científico" se tornou tão indispensável pelo funcionamento da penalidade no século XIX. Tornou-se necessário por este álibi, que funciona desde o século XVIII, que diz que se se impõe um castigo

a alguém, isto não é para punir o que ele fez, mas para transformá-lo no que ele é. (Foucault, 2006, p. 77-78).

Sugerindo que o discurso da criminologia é extremamente útil e necessário para o funcionamento do sistema penal, Foucault, destaca que essa utilidade é tão evidente que o discurso não precisa se justificar teoricamente ou ter uma coerência rigorosa, sua função é principalmente utilitária, servindo aos propósitos do sistema penal. Do mesmo modo, o Partido não precisava se explicar, uma vez que as acusações que os próprios acusados se inferiam eram o suficiente para que as pessoas concordassem.

Foucault também aponta que a criminologia fornece um alibi moral para o sistema penal. Ao enquadrar a punição como uma ferramenta de transformação pessoal, o discurso criminológico oferece uma justificativa que parece mais humanitária e progressista. No entanto, está justificativa também serve para reforçar e perpetuar o poder do sistema penal, legitimando suas práticas sob o pretexto de transformação e reabilitação.

Esta transformação do objetivo da punição se alinha com as ideias de sobre o poder disciplinar. O foco na reabilitação e transformação do indivíduo exemplifica como o poder disciplinar funciona para moldar e controlar os indivíduos de maneira mais sutil e internalizada. O sistema penal não apenas pune, mas também busca reconfigurar o comportamento e a identidade dos prisioneiros, formando os corpos dóceis, sendo assim atrelado a ideia de manipulação e execução da força por parte do detentor do sistema penal, que se apropria do princípio da prisão para assegurar o próprio poder e mover todo o sistema de dominação.

Com isso em mente, podemos ver o enredo de *1984* (2006) como algo bem estruturado, que utiliza os meios de dominação e execução de poder de forma coerente em todo o romance, justificando assim a causa e o efeito por meio das relações de dominação, sendo produzido todo um contexto que justifica os acontecimentos da obra.

5. REPRESENTAÇÕES ALEGÓRICAS NA OBRA 1984

Desde sua publicação, *1984* (2009) tem ecoado através das décadas como uma poderosa advertência sobre os perigos do totalitarismo, refletindo a vivência do autor no período de guerra, vivenciando a dominação nazista. Tendo isto em mente, podemos atribuir alguns aspectos da narrativa da obra em questão de críticas sociais sobre o mundo que Eric Arthur Blair¹⁶ estava a ver, para então vir a escrever, não diretamente, como uma redação de um jornal, que apesar de ter um alcance maior, é facilmente censurável. O recurso literário que permitiu que o autor fizesse esse mascaramento do real em seu texto chama-se alegoria.

Com isso, a alegoria atribui uma camada por baixo da visível no romance, mostrando-se essencial, pois mascarar as críticas que um poder maior não quer que elas sejam propagadas. Tal escolha de criação artística implica que “[...]há alguma vantagem em representá-la através de uma rica figuração que pode ajudar a dissimular sua nudez [...]” (Adolfo, 2006, p. 26), fazendo com que a mensagem que está a vista não seja encontrada, podendo passar a mensagem para as pessoas, como ocorre na obra *1984* (2009).

Essa camada de significados serve para que o autor não se exponha ao falar, como:

[...] a prática muito rotineira do jornal O Estado de S. Paulo que, na outra ditadura, substituía notícias censuradas por trechos de Os Lusíadas. Assim, os românticos postularam que a alegoria é exterior ao pensamento protendido, como um luxo discursiva que se permite dispensar signos inúteis para a economia do sentido, que poderia ser significado imediatamente. (Adolfo, 2006, p. 16).

Podendo assim falar sem precisar temer a censura e a perseguição. Dessa forma, é articulado os sentidos que estão por baixo do que é visto, conseguindo transcrever os seus desejos nas entrelinhas como no início da obra, um dos primeiros personagens que é nos apresentado é o Grande Irmão, o líder do partido e

¹⁶ Sobre Eric Arthur Blair, este é o verdadeiro nome do autor de *1984* (2009), George Orwell é apenas um pseudônimo.

precursor do *socing*. Ele é a personificação da autoridade suprema e invasiva do Estado, representando um controle absoluto sobre todos os aspectos da vida dos cidadãos. Sua figura onipresente, olhando dos cartazes com o lema ‘o grande irmão está de olho em você’, que comentamos anteriormente, ilustra a constante vigilância e a perda da privacidade individual sob um regime totalitário.

Essa representação não apenas reflete a realidade distópica dentro do universo ficcional de *1984* (2009), mas também ressoa com preocupações contemporâneas sobre a vigilância em massa e a erosão das liberdades individuais. Para a época, isto é um reflexo do Stalinismo, de Josef Stalin e do totalitarismo nazista, trazendo alusões ao tipo de poder que estava sendo exercido pelas figuras públicas na sociedade.

Uma das armas mais poderosas do Grande Irmão é a manipulação da verdade e da realidade. O Partido controla não apenas ações e pensamentos, mas também a própria narrativa histórica: “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (Orwell, 2009, p. 49); reescrevendo o passado para se adequar aos interesses presentes. Essa distorção da verdade não é apenas uma ferramenta de propaganda, mas uma forma de exercer controle sobre a consciência das pessoas, moldando suas percepções e apagando qualquer vestígio de resistência ou alternativa, assemelhando-se as táticas os poderes autoritários. Levando o que é apresentado no romance para a história mundial, podemos destacar a crença alemã de que o período mais próspero que o país passou foi no período do império, essa ideia foi utilizada por Hitler, para fazer com que a população acreditasse que a Alemanha iria prosperar novamente com as decisões do nazista, ele fez com as pessoas o chamassem de *Das dritte reich*, o terceiro império, ou como é comumente traduzido, o terceiro imperador.

Complementando a ideia, as “teletelas” simbolizam a vigilância incessante do Estado sobre seus cidadãos. Instaladas em cada residência e local de trabalho, essas telas não apenas transmitem propaganda do Partido, mas também monitoram todas as ações e palavras das pessoas. A presença constante das teletelas cria um ambiente onde a privacidade é completamente obliterada, forçando os indivíduos a internalizarem a opressão e a autocensura, formando corpos dóceis.

Este mecanismo de vigilância reflete a capacidade do poder autoritário de controlar não apenas o comportamento, mas também os pensamentos dos

cidadãos. É o que fica evidente no seguinte trecho da narrativa, "Você era obrigado a viver — e vivia, em decorrência do hábito transformado em instinto — acreditando que todo som que fizesse seria ouvido e, se a escuridão não fosse completa, todo movimento examinado meticulosamente" (Orwell, 2009, p. 7). O que é apontado aqui faz referência a dois aspectos comuns das sociedades apresentadas em forma de crítica, a vigilância para impedir rebeliões além de sua função como instrumentos poderosos de propaganda, bombardeando os cidadãos com a ideologia do que os modelos Stalinista e Totalitarista, reescrevendo a realidade conforme os interesses dos governantes.

Esta manipulação contínua da informação exemplifica como o poder pode moldar percepções e crenças para consolidar seu domínio saturando a propaganda que é projetada para esmagar o pensamento crítico e promover a aceitação inquestionável das contradições impostas pelo governo.

Continuando com a temática, Orwell também nos traz um novo idioma, a *novafala*, desenvolvida para eliminar qualquer possibilidade de pensamento subversivo. O vocabulário da *novafala* é deliberadamente limitado e alterado para restringir a expressão de ideias contrárias ao Partido, assim que nos apresentado no livro.

Alegoricamente, a *novafala* remete ao controle do pensamento. Ao reduzir a língua a termos simplificados e eliminando palavras consideradas perigosas, o Partido restringe a capacidade dos indivíduos de formular pensamentos críticos ou heréticos. Se uma pessoa não tem as palavras para expressar um conceito, essa ideia se torna inexpressável e, eventualmente, impensável. A *novafala*, assim, representa uma forma extrema de controle psicológico, em que o próprio pensamento é regulado pelo Estado, referindo-se, assim, às práticas doutrinárias das sociedades totalitaristas, que faz com que as pessoas sejam moldadas a vontade do partido, sem questionar seus princípios ou seus métodos, acreditando que o que está sendo feito não é errado, servindo como forma de justificação para não haver contraditos.

A *novafala*, além de controlar o pensamento, manipula a realidade ao reescrever a verdade de acordo com as necessidades do Partido. Termos da *novafala* como "*duplipensamento*" e "*pensamento-crime*" são exemplos de como a linguagem é distorcida para servir à propaganda oficial. "*Duplipensar*" refere-se à

habilidade de manter duas crenças contraditórias simultaneamente e aceitá-las de forma mútua, permitindo que o Partido altere a história e os fatos. Esta manipulação da realidade é uma alegoria do poder, a qual exprime as palavras acentuando a decisão de definir e redefinir a verdade, alegorizando a ideia de que mesmo que você saiba que o que estão fazendo é errado, deve-se demonstrar subserviência e apoiar a causa. Como também remete a uma alegoria que aponta para a segregação racial. Com a *novafala*, ao padronizar e empobrecer a língua, o Partido remove a individualidade e a diversidade cultural, transformando os cidadãos em meros autômatos obedientes, sendo referência a segregação racial, exonerando outras culturas de um grupo. Tendo a Segunda Guerra (1939-1945) como referência, temos um dos ideais nazistas, que foi de supremacia da raça ariana, assim eliminando outras raças, como os judeus e pessoas de pele escura.

A *novafala*, ainda implica a uma alegoria sobre a ameaça à liberdade intelectual. Em uma sociedade na qual a língua é artificialmente manipulada, a liberdade de expressão e o pensamento crítico são as primeiras vítimas. A *novafala* exemplifica como a manipulação da língua pode ser uma ferramenta poderosa para o controle autoritário, cuja a própria capacidade de pensar livremente é suprimida, afetando diretamente a capacidade cognitiva do indivíduo. Alegorizando a destruição do vocabulário para formação de opinião à materiais informativos, como livros e jornais, que, quando censurados, não podem servir como material formador de opinião, esse encadeamento de pensamento, também pode uma alegoria para a grande queima do dia 10 de maio de 1933, a qual, em 22 cidades alemãs houve queima de diversos livros por serem considerados prejudiciais ao posicionamento nazista.

EM uma das indagações de Syme, um dos linguistas responsáveis pela produção da *novafala*, ele pergunta: “Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala é estreitar o âmbito do pensamento?” (Orwell, 2009, p. 74). Aqui, temos então uma afirmação sobre o intuito da produção desse idioma, que sua formação consiste em eliminar verbos, adjetivos, preposições entre outros, para que com isso palavras que podem ser utilizadas em um discurso para fomentar uma revolta não poder ser usada. Isso é um reflexo da limitação da liberdade de expressão. Em tal contexto, o indivíduo perder a capacidade de expressar a sua opinião, de poder questionar e fazer críticas daquilo que julga questionável, sempre na ótica de algo

que deve ser intocado. No contexto do autor, representa o quão intocável é o poder governamental, visto que em uma sociedade totalitária não é admissível a contradição ao governo.

Outra alegoria que reflete a aspectos dos regimes totalitários é o “Os Dois Minutos de Ódio”, que são sessões diárias em que os membros do Partido são obrigados a assistir a vídeos de propaganda que incitam ódio contra os inimigos do Partido, especialmente ao Emmanuel Goldstein, o suposto traidor. Durante esses dois minutos, os participantes expressam intensa raiva e hostilidade, liberando suas emoções em uma exibição pública de lealdade ao Partido. Vejamos um episódio desse fato:

Como de costume, o rosto de Emmanuel Goldstein, o Inimigo do Povo, surgira na tela. Ouviram-se assobios em vários pontos da plateia. A mulher ruiva e franzina soltou um guincho em que medo e repugnância se fundiam. Goldstein era o renegado e apóstata que um dia, muito tempo antes (quanto tempo, exatamente, era coisa de que ninguém se lembrava), fora uma das figuras destacadas do Partido, quase tão importante quanto o próprio Grande Irmão, e que depois se entregara a atividades contrarrevolucionárias fora condenado à morte e em seguida fugira misteriosamente e sumira do mapa. (Orwell, 2009, p. 18).

Esta prática se refere ao controle emocional e psicológico que o Partido exerce sobre seus membros, alegorizando a manipulação emocional em regimes totalitários. O Partido utiliza essa prática para canalizar as frustrações e agressões dos cidadãos contra um inimigo fabricado, desviando a atenção das falhas e opressões do próprio regime. Ao dirigir as emoções negativas para um alvo externo, o Partido mantém a coesão interna e fortalece o controle por meio da ideologia passada para a população, ao ter um inimigo em comum. Isso é uma representação do que ouve na Alemanha no período da guerra. Os alemães acreditavam que os judeus estavam roubando o lugar dos alemães na sociedade, e a que os problemas sociais como, desvalorização da moeda, mal saneamento básico e falta de emprego eram consequência de uma grande quantidade de judeus na Alemanha. Também, tanto os Aliados¹⁷ quanto o Eixo¹⁸ utilizaram propaganda intensa para incitar ódio

¹⁷ Os aliados foram os países capitalistas que resistiram ao avanço nazista na segunda guerra, como Reino Unido, França, União Soviética e, nos anos finais da guerra, Estados Unidos.

contra um inimigo comum, assim, reforçando o apoio popular. Os nazistas, por exemplo, usaram filmes, cartazes e discursos para demonizar os judeus e os aliados, fomentando um sentimento de unidade nacional baseada na hostilidade contra um inimigo comum. Em *1984* (2009), essa prática desvia a responsabilidade do Partido por suas políticas repressivas, colocando a culpa de todos os problemas em um inimigo externo, representando as táticas usadas no período de guerra para diminuir a dissidência da população, evidenciando o perigo da propaganda e da manipulação emocional na manutenção de regimes opressivos.

Vendo as possíveis interpretações de alegorias em toda obra, podemos considerar que o romance é repleto de alusões ao período que o livro foi escrito, sendo uma crítica ferrenha ao modelo totalitário de governo, denunciando as formas elaboradas que o estado se utiliza de seus artifícios para manipular a população, induzindo-os a acreditarem e a fazerem tudo que o próprio estado dita.

¹⁸ O eixo é o nome dado aos países que consentiam com o avanço nazista e tinham os mesmos ideias de governo, como Alemanha, Itália e Japão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa análise de *1984* (2009) de George Orwell, à luz das teorias de poder e controle social, foi possível observar como as técnicas de vigilância e controle descritas no romance refletem os conceitos foucaultianos de poder disciplinar. O estudo mostrou que o Partido utiliza estratégias como a vigilância constante, a manipulação da linguagem, controle da informação e o encarceramento para manter seu domínio, se utilizando de meios de justificativa social para evitar rebeliões, corroborando com a ideia inicial da análise, a de que o poder totalitário do Partido pode ser interpretado com as teorias de Foucault.

Foi demonstrado como as técnicas de controle no romance *1984* (2009) são aplicadas para moldar, e formar corpos dóceis e disciplinar a mentes dos cidadãos, criando uma sociedade onde a obediência e a conformidade são asseguradas. A análise mostrou que a *novafala* pode atuar como uma ferramenta poderosa para limitar o pensamento crítico e a dissidência, alinhando-se com a noção de Foucault de que o controle do discurso é fundamental para o exercício do poder, como também a ideia de formação de corpos dóceis por meio do vigiar e punir, assim contribuindo para a compreensão das dinâmicas de poder em sociedades totalitárias, oferecendo uma nova perspectiva sobre *1984* (2009) através da lente das teorias de Foucault.

Também foi demonstrado como o uso da alegoria no romance de Orwell serve como ferramenta para ilustrar as dinâmicas tirânicas de um poder totalitário. A quais foram analisadas à luz das teorias de João Adolfo e Walter Benjamin, revelando a profundidade com que Orwell explora os mecanismos articuladores para alegorizar pensamentos que não podiam ser expressos com palavras, evidenciando a genialidade por trás de seu trabalho, asseverando que a obra de Orwell continua sendo uma crítica poderosa e relevante dos perigos do totalitarismo, e as teorias sobre o poder e alegoria fornecem um quadro teórico robusto para entender as complexas relações que a obra tem com uma sociedade totalitária.

De modo geral, este trabalho buscou mostrar como a literatura, através dos seus processos simbólicos, reafirma a importância de uma vigilância constante sobre

os mecanismos de poder para preservar a liberdade e a autonomia dos indivíduos na sociedade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BRÍGIDO, Edimar Inocêncio. **Michel Foucault: uma análise do poder**. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013. ISSN 2179-345X.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. v. 1. ISBN 85-15-01359-2.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos). ISBN 85-336-0997-3.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A Análise do Discurso: conceitos e aplicações**. Alfa, São Paulo, v. 39, p. 13-21, 1995.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria: a construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Hedra; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

ORWELL, George, **1984**, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral I**. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio da edição brasileira Isaac Nicolau Salum. Tradução de Antônio Ehelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.